



GCM SOBRAL - CE

Guarda Civil Municipal

Questões gabaritadas
do Instituto Consulpam
Legislação comentada
Conteúdo de acordo com o
Edital nº 001/2026



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Noções de Informática
- História da Cidade
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Penal
- Noções de Direito Processual Penal
- Noções de Direito Administrativo (On-line)
- Legislação Extravagante (On-line)
- Legislação Municipal (On-line)

Guarda Civil Municipal de Sobral - Ceará

GCM-CE

Guarda Civil Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Civil Municipal de acordo com o Edital nº 01/2026, da Guarda Civil Municipal de Sobral - CE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca INSTITUTO CONSULPAM, organizadora contratada para a realização do certame, questões de bancas variadas, para que você amplie seu repertório de prática, e questões inéditas, preparadas por profissionais da área para melhor atender às necessidades do edital e aproximar a prática do estilo de cobrança da banca

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Noções de Direito Administrativo, Legislação Extravagante e Legislação Municipal disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS.....	11
LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS.....	13
■ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS.....	14
■ SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS	14
■ PONTUAÇÃO.....	14
■ CLASSES DE PALAVRAS: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM	18
NUMERAL.....	18
SUBSTANTIVO	18
ADJETIVO.....	20
ADVÉRBO	22
PRONOME	24
Colocação Pronominal	27
VERBO	27
PREPOSIÇÃO	32
CONJUNÇÃO.....	33
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	34
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	38
■ CRASE	40
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	55
■ INTERPRETAÇÃO MATEMÁTICA DE SITUAÇÕES-PROBLEMA CONTEXTUALIZADAS.....	55
■ SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO	55
■ POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL	61
■ RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO MAIS DE UMA OPERAÇÃO.....	62

■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM	62
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	65
RACIOCÍNIO PROPORCIONAL APLICADO A CONTEXTOS PRÁTICOS	67
REGRA DE TRÊS SIMPLES	69
REGRA DE TRÊS COMPOSTA	70
PORCENTAGEM	72
■ EQUAÇÕES DO 1° OU DO 2° GRAU	74
SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1° GRAU	80
■ GRANDEZAS E MEDIDAS	81
APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS GRANDEZAS E MEDIDAS NO COTIDIANO URBANO – QUANTIDADE, TEMPO, COMPRIMENTO, SUPERFÍCIE, CAPACIDADE E MASSA	82
■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS – TABELA OU GRÁFICO	84
LEITURA E ANÁLISE DE GRÁFICOS E TABELAS COM DADOS DO COTIDIANO	84
■ TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES	88
■ NOÇÕES DE GEOMETRIA	89
ÂNGULOS	89
TRIÂNGULOS RETÂNGULOS	91
TEOREMA DE PITÁGORAS	91
TEOREMA DE TALES	92
FORMA, ÁREA E PERÍMETRO	93
VOLUME	95
■ ESTIMATIVAS E APROXIMAÇÕES NUMÉRICAS	101
■ RACIOCÍNIO LÓGICO	102
ESTRUTURAS LÓGICAS	102
■ LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO	110
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	115
■ ORGANIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DE DADOS NUMÉRICOS	119
■ SEQUÊNCIAS: IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES NUMÉRICOS E LÓGICOS	119

NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	127
■ HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS	127
■ SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS/LINUX.....	130
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	131
ÁREA DE TRABALHO	133
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	136
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS	136
USO DOS MENUS	141
PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	142
INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS	147
Extensão e Arquivos	148
■ EDITOR DE TEXTOS: LIBREOFFICE/APACHE OPENOFFICE – WRITER	158
ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS E FONTES	158
COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO	161
■ PLANILHAS ELETRÔNICAS: LIBREOFFICE/APACHE OPENOFFICE – CALC	164
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS	164
USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS,IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS	166
■ CORREIO ELETRÔNICO - THUNDERBIRD/WEBMAIL.....	168
USO DE CORREIO ELETRÔNICO.....	170
PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS	170
ANEXAÇÃO DE ARQUIVO	171
■ FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÕES E REUNIÕES ON-LINE	173
MICROSOFT TEAMS.....	173
GOOGLE MEET	179
ZOOM.....	180
SKYPE.....	180
GOOGLE HANGOUT	180

INTERNET: INTRANET, EXTRANET, PROTOCOLO E SERVIÇO, SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET, NUVEM E REDES SOCIAIS	181
INTERNET: NAVEGAÇÃO INTERNET	182
REDES SOCIAIS.....	185
CONCEITOS DE URL.....	186
LINKS	187
SITES	188
BUSCA	189
IMPRESSÃO DE PÁGINAS	191
NAVEGADORES - MOZILLA FIREFOX/GOOGLE CHROME.....	193
■ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS.....	196
FERRAMENTAS DE SEGURANÇA (ANTIVÍRUS E FIREWALLS), MALWARES E ATAQUES	204
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA,CONFIDENCIALIDADE E ASSINATURA DIGITAL.....	207
■ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E BACKUP	213
 HISTÓRIA DA CIDADE.....	 221
■ HISTÓRIA DE SOBRAL	221
■ ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS.....	222
■ EMANCIPAÇÃO E FUNDAÇÃO DA CIDADE	223
FUNDAÇÃO: DO POVOADO AO NÚCLEO URBANO	223
■ PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA CIDADE	223
■ ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	224
■ DATAS SIGNIFICATIVAS E COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO.....	225
■ FATORES ECONÔMICOS DA CIDADE	225
■ ESTATUTO DOS SERVIDORES	226
■ DEMAIS ASPECTOS GERAIS A RESPEITO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL.....	226
 NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	 231
■ CONSTITUIÇÃO.....	231
CONCEITO	231

CLASSIFICAÇÕES.....	231
■ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	234
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	238
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	239
DIREITOS SOCIAIS.....	260
NACIONALIDADE	267
CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS	270
PARTIDOS POLÍTICOS.....	272
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS.....	277
■ SEGURANÇA PÚBLICA	293
DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	293
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS GUARDAS MUNICIPAIS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	295
NOÇÕES DE DIREITO PENAL.....	303
■ DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	303
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	303
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE.....	303
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE BENÉFICA.....	303
A LEI PENAL NO TEMPO	304
Tempo do Crime.....	308
A LEI PENAL NO ESPAÇO.....	312
Lugar do Crime.....	314
TEORIA DO CRIME	315
FATO TÍPICO E ELEMENTOS	318
Dolo.....	319
Culpa.....	319
ILICITUDE E EXCLUDENTES.....	325
CULPABILIDADE.....	326
ERRO DE TIPO	329

■ DOS CRIMES EM ESPÉCIE.....	331
CRIMES CONTRA A PESSOA	331
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	365
CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	386
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	395
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	431
■ SISTEMAS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL	431
■ APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	433
■ INQUÉRITO POLICIAL	438
CONCEITO E FINALIDADE	439
CARACTERÍSTICAS	440
INSTAURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO	442
PRISÃO EM FLAGRANTE.....	452
CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA.....	456
ALTERAÇÕES DA LEI Nº 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME)	466

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

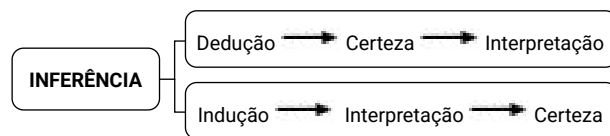
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

INTERPRETAÇÃO MATEMÁTICA DE SITUAÇÕES-PROBLEMA CONTEXTUALIZADAS

Caro(a) aluno(a),

Este tópico é voltado para a resolução de situações-problema, porém, ao longo do material, para a sua prática e compreensão acerca da teoria estudada, incluímos exercícios no decorrer dos assuntos com o intuito de facilitar a fixação dos conteúdos.

Dessa forma, para que o seu entendimento seja ainda maior a respeito dos temas abordados e para que aumente o seu índice de acertos, complementamos seus estudos com a resolução dos exercícios na seção “Hora de Praticar”.

Bons estudos!

SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.

- **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.

- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.

- **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.

- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.

- **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.

- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

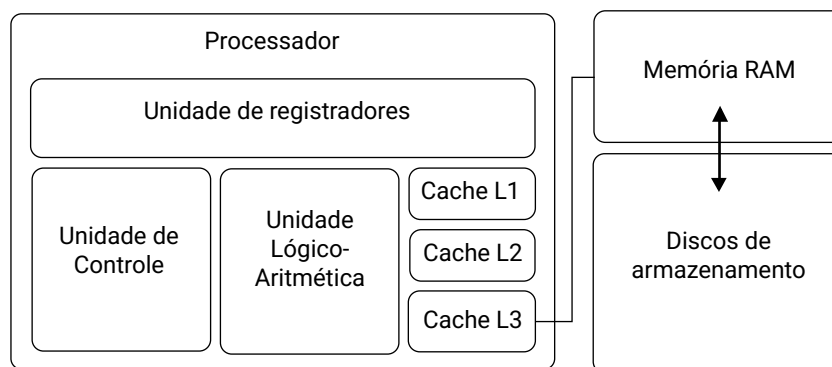
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos <i>slots</i> de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Placa-Mãe	Recebe os componentes internos instalados no computador	<i>Motherboard</i> . A velocidade do barramento determina quais componentes podem ser adicionados

1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – *Random Access Memory* – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

HISTÓRIA DA CIDADE

A história da cidade de Sobral reúne o processo de formação, o desenvolvimento e a identidade de um dos mais antigos e importantes municípios do interior do Ceará, situado no Vale do Acaraú, na região norte do estado. O estudo abrange desde a ocupação inicial do território, ainda no século XVIII, em torno da Fazenda Caiçara, até a consolidação de Sobral como capital regional e polo de saúde, educação e indústria. Compreende também a geografia local, a organização política e administrativa, a economia, o patrimônio cultural tombado e as personalidades que projetaram o nome da cidade no país.

O conhecimento da história de Sobral tem finalidade prática direta para quem pretende atuar no serviço público municipal, pois situa o servidor no território em que trabalhará e explica a formação das instituições locais. Dominar a trajetória da cidade permite compreender por que Sobral se tornou referência regional, como se organizam seus poderes e serviços e qual o peso do seu patrimônio histórico. Esse repertório sustenta o exercício consciente da função pública e favorece o vínculo do agente com a comunidade que ele serve.

HISTÓRIA DE SOBRAL

ORIGENS E POVOAMENTO DO VALE DO ACARAÚ

A ocupação do território que hoje corresponde a Sobral integra o movimento de interiorização do sertão nordestino no século XVIII, conduzido pela pecuária extensiva que subia os vales dos rios em busca de pastagens e água. Nas margens do rio Acaraú, a criação de gado e a instalação de fazendas abriram caminho para os primeiros núcleos de povoamento. Por volta de 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, vindo do Rio Grande do Norte, estabeleceu na região a Fazenda Caiçara, considerada o berço do município.

A criação de gado foi a atividade que fixou o povoador no sertão e desenhou os primeiros caminhos da região, ligando fazendas, currais e pontos de comércio. Cada propriedade funcionava como um pequeno núcleo social, reunindo o proprietário, os vaqueiros, os agregados e os trabalhadores escravizados responsáveis pela lida diária. Foi dentro dessa organização que o entorno do Acaraú ganhou moradores e se firmou como uma das porções mais movimentadas do norte da capitania do Ceará.

Ao redor da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a Fazenda Caiçara reuniu os moradores, os vaqueiros e os comerciantes que davam vida ao lugar e ampliavam o povoado. A doação de terras à Igreja e a organização de uma freguesia consolidaram o núcleo como ponto de referência religiosa e econômica do vale. Formava-se ali o embrião urbano que, décadas depois, seria elevado à condição de vila.

DA FREGUESIA À VILA DISTINTA E REAL

O crescimento do povoado da Caiçara levou a Coroa portuguesa a promover a sua elevação à categoria de vila, marco jurídico que conferia autonomia administrativa e instituições próprias. Em obediência à Carta Régia de 22 de julho de 1766, a autoridade da comarca do Ceará determinou a criação da vila, solenemente instalada em 5 de julho de 1773 com o levantamento do pelourinho, símbolo do poder e da justiça. Nascia então a Vila Distinta e Real de Sobral.

A denominação carregava um significado político preciso na hierarquia social do período colonial, e cada termo do título tinha sentido próprio. O qualificativo Real indicava que a vila fora criada por ordem direta do rei de Portugal, enquanto Distinta assinalava um povoado tido como habitado por população branca. Poucas vilas do Brasil colonial reuniram esses dois atributos, o que desde cedo singularizou Sobral no cenário da capitania do Ceará.

A ELEVAÇÃO A CIDADE E A ORIGEM DO NOME

Ao longo do período imperial, Sobral consolidou-se como principal centro do norte da província do Ceará, movida pela pecuária, pelo algodão e pelo comércio que cruzava o vale. Em reconhecimento ao apoio político prestado ao presidente da província José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar, contra uma tentativa de deposição, a vila foi elevada à condição de cidade pela Lei provincial nº 222, de 12 de janeiro de 1841. Recebeu então o nome de Cidade Januária do Acaraú e o título de Fidelíssima.

O título de Fidelíssima e o nome Januária tiveram origem no apoio político que Sobral prestou a José Martiniano de Alencar diante da tentativa de deposição, gesto de lealdade recompensado com a elevação a cidade. Essa relação estreita com a vida política do Império reforçou o prestígio da localidade e o seu peso no norte da província. O reconhecimento oficial consagrava o papel de Sobral como principal centro da região.

O nome atual só veio no ano seguinte, quando o Decreto nº 244, de 25 de outubro de 1842, mudou a denominação de Cidade Januária para Cidade de Sobral. A escolha homenageava a freguesia portuguesa de Sobral, no distrito de Viseu, e remetia à abundância de sobreiros, árvore de cujo tronco se extrai a cortiça. A troca de nome fixou a identidade que a cidade conserva até hoje.

O ECLIPSE DE 1919 E A CIÊNCIA

Em 29 de maio de 1919, Sobral entrou definitivamente para a história da ciência ao sediar a observação de um eclipse solar total que ajudou a comprovar a Teoria da Relatividade Geral, formulada por Albert Einstein. A teoria previa que a gravidade de um corpo de grande massa, como o Sol, seria capaz de curvar a trajetória da luz das estrelas que passasse próximo a ele. Comprovar esse desvio exigia fotografar, durante o eclipse, as estrelas visíveis ao redor do disco solar escurecido.

Para testar a previsão, o governo britânico organizou duas expedições, enviadas a pontos distintos do planeta onde o eclipse seria total. A dupla formada por Andrew Crommelin e Charles Davidson, do Observatório Real de Greenwich, deslocou-se para

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO

Genericamente, é possível descrever o Estado como a organização de um povo sobre determinado território, dotado de soberania. Portanto, percebe-se que existem elementos necessários à existência de um Estado: o povo, a soberania e o território.

Nesse sentido, todo Estado precisa de uma forma de organização, que deve ser orientada de maneira soberana para atingir um conjunto de finalidades.

O conjunto de regras que organiza o Estado é estabelecido por meio de uma constituição, sendo que todo Estado tem a sua, seja na forma de um texto formal ou baseada em costumes, com o objetivo de estruturar a organização do povo em seu território.

CONCEITO

“Constituição” vem do ato de constituir, de estabelecer, de firmar; ou, ainda, o modo pelo qual se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas; uma organização ou formação.

Juridicamente, no entanto, constituição deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, à forma de governo e à aquisição do poder de governar, à distribuição de competências e aos direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Por fim, é a constituição que individualiza os órgãos competentes para a edição de normas jurídicas, legislativas ou administrativas (Moraes, 2018).

A constituição é, em síntese, a lei máxima e fundamental de um país, que geralmente determina a sua organização social, política, jurídica e econômica. Também, trata-se do conjunto de normas jurídicas, normalmente escritas em um texto unitário, que regulam a organização e atuação do Estado nas relações sociais.

A Constituição é, assim, uma norma jurídica e, para a maior parte dos sistemas, norma jurídica dotada de superioridade hierárquica em relação às demais. Para Hans Kelsen, a Constituição define quem elabora as normas e como elas vão ser elaboradas, constituindo, assim, o ponto de partida e de validade de todo o sistema jurídico. (Barcellos, 2018, p. 28)

CLASSIFICAÇÕES

Toda tipologia ou classificação depende dos critérios adotados por seus estudiosos. É importante esclarecer que existem diferentes classificações entre os juristas mais renomados. Não se trata, portanto, de uma classificação ser mais correta que outra, mas, sim, mais adequada à sua finalidade didática.

Segundo Alexandre de Moraes (2018), a tipologia ou a classificação das constituições pode ser delimitada de acordo com diversos princípios.

Quanto ao Conteúdo

Trata-se do teor que compõe a constituição, podendo ser material ou formal. A nossa atual Constituição Federal (CF, de 1988) dispõe de normas materialmente constitucionais e de normas formalmente constitucionais. Vejamos a característica de cada uma delas a seguir.

● Material

Abrange o conjunto de normas que, independentemente da forma ou do veículo em que estejam positivadas, apresentam conteúdo essencial à estruturação e ao funcionamento do Estado.

Trata-se de regras materialmente constitucionais, caracterizadas por estabelecerem os fundamentos do ordenamento jurídico, a organização e o funcionamento dos Poderes, a estrutura do Estado e a definição de competências, bem como os direitos e garantias fundamentais.

Exemplificando, incluem-se a separação dos Poderes, os princípios estruturantes da República, os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, entre outros dispositivos que conferem identidade e sustentação à ordem constitucional.

● Formal

Corresponde ao conjunto de normas jurídicas inseridas em um texto solene, elaborado por um órgão competente (geralmente o poder constituinte originário), segundo um procedimento específico e solene de criação. Seu critério de identificação leva em consideração a forma e o processo de elaboração — e não necessariamente o conteúdo material das normas.

Assim, podem constar na constituição formal tanto normas essencialmente constitucionais, como a estrutura do Estado e os direitos fundamentais, quanto disposições de natureza administrativa, procedimental ou até infraconstitucional, desde que estejam inseridas no documento constitucional aprovado segundo o rito próprio.

Quanto à Forma

Refere-se aos formatos nos quais pode surgir uma constituição, classificando-se como escrita ou não escrita.

● Escrita

É aquela que está escrita em um documento solene, formalizada por um órgão constituinte, ou seja, é expressa em um único texto. Conforme Moraes (2018, p. 43), “[...] a Constituição escrita é o mais alto estatuto jurídico de determinada comunidade, caracterizando-se por ser a lei fundamental de uma sociedade”. Um exemplo é a Constituição Federal, de 1988.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Previsto no inciso XXXIX, art. 5º, da Constituição Federal, com redação semelhante à do art. 1º, do CP, o princípio da legalidade é a mais importante garantia do cidadão frente ao poder punitivo do Estado, sendo o mais relevante princípio penal.

Compare o princípio conforme exposto na Constituição (art. 5º) e no Código Penal (art. 1º):

Art. 5º (CF, de 1988) *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

[...]

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Art. 1º (CP) *Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Ou seja, por força deste princípio, **não há crime** (nem contravenção) sem prévia determinação legal, assim como **não há pena** sem prévia cominação (imposição, prescrição) feita em lei.

Importante!

Não confunda o princípio da **legalidade**, previsto no inciso II, art. 5º da CF, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (legalidade em sentido amplo), com o princípio da legalidade criminal que se encontra no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, segundo o qual não há crime sem lei (legalidade em sentido estrito).

O princípio da legalidade tem quatro funções fundamentais:

- proibir a **retroatividade** da lei penal (*nullum crimen nulla poena sine lege praevia*);
- proibir a **criação** de crimes e penas pelo **costume** (*nullum crimen nulla poena sine lege scripta*);
- proibir o emprego da **analogia** para **criar crimes, fundamentar** ou **agravar penas** (*nullum crimen nulla poena sine lege stricta*);
- proibir incriminações **vagas** e **indeterminadas** (*nullum crimen nulla poena sine lege certa*).

O princípio da legalidade criminal apresenta, atualmente, várias esferas de garantia. Dentre estas, as mais relevantes são os princípios da **reserva legal** e da **anterioridade**.

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

Previsto também no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, o princípio da anterioridade determina que, antes da prática do crime, deve haver prévia definição em lei (estabelecendo, ainda, a pena cabível). Quem pratica a conduta criminosa deve saber de antemão que o ato se trata de conduta criminosa e sua consequência.

Em outras palavras, a lei penal nova deve entrar em vigor antes do fato criminoso e aplica-se apenas para os fatos ocorridos após sua vigência.

PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE BENÉFICA

A regra geral impõe que as leis têm sua validade voltada para o futuro, ou seja, são irretroativas. Por que tal regra? Porque, em caso contrário, haveria enorme insegurança jurídica, correndo-se o risco de a sociedade (destinatária da norma) ser surpreendida a todo instante.

O inciso XL, art. 5º, da CF, e o art. 2º, do CP, apresentam uma exceção válida somente no direito penal. Observe como o princípio vem disposto na Constituição Federal e no Código Penal:

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

SISTEMAS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL

DO PROCESSO EM GERAL

Disposições Preliminares

As normas dividem-se em regras e princípios. As regras podem ou não serem cumpridas, conforme a técnica do tudo ou nada, já os princípios podem ser ponderados, sem que haja a exclusão de um, para prevalecer o outro, ocorrendo uma mera flexibilização, a fim de suceder o encaixe perfeito no caso concreto. Por exemplo, nas decisões dos tribunais, muitas vezes, acontece a disputa **liberdade de expressão x privacidade**, e os julgadores tentam conciliar entre ambos os princípios.

Nesse viés, os princípios são mais abstratos do que as regras, e, geralmente, as embasam. Por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana inspirou várias regras protetivas de direitos do preso (direito à saúde, trabalho, estudo).

Destarte, a Constituição Federal de 1988 preocupou-se com as garantias processuais penais em diferentes dispositivos, instituindo um amplo rol de princípios constitucionais protetivos do processo penal, bem como a presunção de inocência, um princípio basilar extraído diretamente do texto constitucional. O Código de Processo Penal, inspirado nas garantias constitucionais, forma um complexo de regras e princípios que conduzem a marcha processual.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

É necessário que seja feito um estudo acerca dos princípios fundamentais do processo penal, uma vez que a atividade diária necessita do uso de cada um deles para garantir que a norma e a eficácia judicial estejam sendo cumpridas. Nesse sentido, cabe a explanação de cada um deles para o seu melhor entendimento e preparo para as provas de concursos pelo país.

Entenda os princípios processuais mais importantes:

Princípio do Devido Processo Legal

Com base no inciso LIV, art. 5º, da Constituição Federal, de 1988:

Art. 5º [...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

Este está no ápice dos princípios mais importantes na atividade diária da aplicação do direito penal e processual penal, tendo em vista que os bens e a liberdade possuem uma tutela específica, resguardada constitucional, legal e judicialmente. Com base nisso, o devido processo legal estabelece que ninguém poderá ser privado de seus bens ou de sua liberdade sem que haja um processo judicial, em que será aplicado o que é justo, com a observância das normas processuais.

Os fundamentos e objetivos desse princípio correspondem a encarar a tipicidade dos atos processuais, em que os atos do processo são realizados conforme o previsto na lei processual. Ademais, há a presunção de legitimidade dos atos praticados conforme a lei, bem como o princípio da reserva legal, aplicado subsidiariamente a este para assegurar garantias e direitos fundamentais, mediante ao fato de que toda atividade do Estado deve ser feita conforme o que está expresso em lei.

Além do mais, tem-se a necessidade de observância de todas as formalidades processuais, assim como a forma que deve ser respeitada, mas sem excessos de formalismos para facilitar a compreensão. Assim, haverá o cumprimento do contraditório e ampla defesa, bem como a fundamentação das decisões e a recorribilidade das decisões de mérito.

Presunção de Inocência

Consiste no direito de não ser declarado culpado, senão após o devido processo legal. A consequência deste princípio é que a parte acusadora fica com o ônus de demonstrar a culpabilidade do acusado. Ex.: para a imposição de uma sentença condenatória é necessário provar, eliminando qualquer dúvida razoável (*in dubio pro reo*).

Art. 5º [...]

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Em 2019, o STF fixou entendimento no sentido de que o início do cumprimento da pena precisa do trânsito em julgado da condenação. Dessa forma, apenas pode ocorrer prisão cautelar (provisória, temporária) antes do esgotamento da via recursal.

Contraditório

Consiste no direito à informação, somado ao direito de participação. Quanto ao direito de informação, destacam-se as citações e intimações. Quanto ao direito de participação, o acusado precisa ter a oportunidade de reagir. Ex.: contestar, recorrer.

Dica

Súmula nº 707 (STF) “*Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo*”.

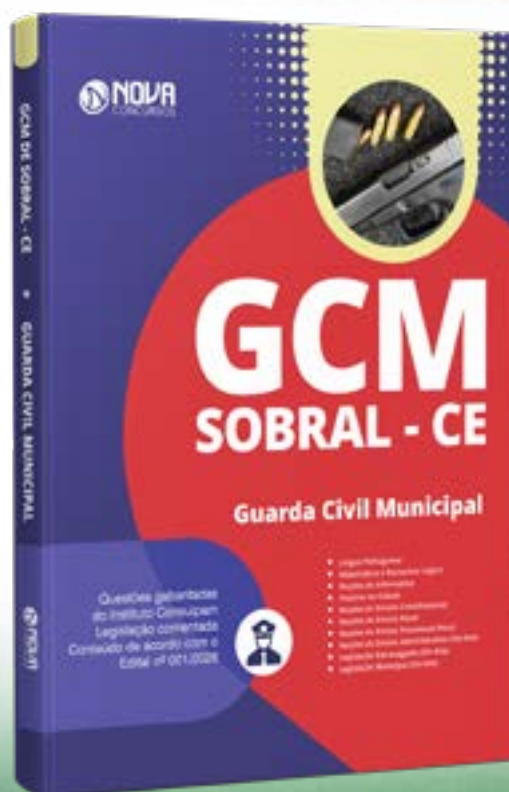
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO